

Do pênis atrofiado à mulher-mãe: uma reflexão crítica sobre a mulher freudiana e a possibilidade de uma psicanálise interseccional

RESUMO

Ligia Maria Durski

E-mail: ligiadurski@hotmail.com
Universidade Federal do Paraná,
Curitiba, Paraná, Brasil

Este artigo investiga o modelo de mulher pressuposto na obra freudiana. Especialmente nos textos em que Freud conceitua o Complexo de Édipo, é possível deduzir um “modelo ideal de mulher” e de expressão da então nomeada “feminilidade normal”. As observações e proposições resultantes de tal investigação foram pensadas a partir dos seguintes itens: 1) a narrativa edipiana, que assume tons racistas, classistas e misóginos na discursividade freudiana; 2) a posição hierarquicamente inferior delegada à feminilidade e à mulher em contraste às figuras da masculinidade e do homem, e; 3) possíveis consequências clínicas e problemas éticos decorrentes da ausência de um exercício crítico e de contextualização das condições de emergência das proposições de Freud. A investigação resultou em uma síntese das formulações do autor sobre a figura da mulher, demonstrando a necessidade de uma visada interseccional que sustente um uso cauteloso e contextual de tal obra, uma vez que esta pode servir como discurso sustentador de tecnologias de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Complexo de Édipo. Feminilidade. Interseccionalidade. Psicanálise. Tecnologias de Gênero.

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de um processo de investigação sobre o modelo de mulher pressuposto nas asserções freudianas. Especialmente nos textos em que Sigmund Freud (1856-1939) se detém a pensar o Complexo de Édipo, é possível deduzir um “modelo ideal de mulher” e de expressão da então nomeada “feminilidade normal”. As observações e proposições resultantes de tal investigação foram pensadas, em linhas gerais, a partir dos seguintes itens: 1) o caráter normativo do Complexo de Édipo, que assume tons racistas, classistas e misóginos na discursividade freudiana; 2) a posição hierarquicamente inferior delegada à feminilidade e à mulher em contraste às figuras da masculinidade e do homem em tal obra, e; 3) possíveis consequências clínicas e problemas éticos decorrentes da ausência de um exercício crítico e de contextualização das condições de emergência de tal discursividade.

Lembrando que tal obra abrange uma extensão temporal de mais de 50 anos, encerrando-se aproximadamente no ano de 1938, este artigo apresenta um recorte de textos freudianos escritos a partir do ano de 1923. A intenção de tal recorte é, por conseguinte, situar a discussão partindo daquilo que Freud estabeleceu num período já maduro de sua produção, com formulações fundamentadas na sua segunda teoria pulsional e na segunda tópica.

Os textos selecionados para mapear o modelo de mulher proposto por Freud foram: “O Eu e o Id” (1923); “A Organização Genital Infantil” (1923); “O Problema Econômico do Masoquismo” (1924); “A Dissolução do Complexo de Édipo” (1924); “Algumas Consequências Psíquicas da Distinção Anatômica entre os Sexos” (1925); “Sexualidade Feminina” (1931); “Conferência XXXIII – Sobre a Feminilidade” (1933), e; “Análise Terminável e Interminável” (1937).

O ponto de largada para esta reflexão é considerar que o pensamento freudiano sobre o feminino, a feminilidade e a mulher – por mais abrangente que este tenha se pretendido ser – não deixa de carregar marcas de um contexto histórico-político-social. Freud, vale lembrar, passou a maior parte de sua vida na Viena do final do século XIX e início/meados do século XX, além de pertencer e circular em um espaço histórico no qual as mulheres ainda não tinham nem mesmo direito ao voto. Devemos incluir nesse cenário, aliás, o fato de o tráfico de escravizados, no século XIX, ainda se dar em larga escala no contexto europeu. Lembrando que, mesmo após a segunda fase da Revolução Industrial e os processos abolicionistas, a população negra continuaria a sofrer - não somente nas plantações e áreas rurais, mas também nas fábricas e meios urbanos, tanto no continente europeu quanto no americano - um extenso abuso de sua mão de obra e ausência de direitos.

O contexto vivido por Freud era, assim, um no qual, ainda nos anos 1880, a classe operária era composta, sem distinções, por homens, mulheres e, também, por crianças, que trabalhavam 10 horas por dia, sete dias por semana (WINOGRAD; KLATAU, 2014). Acrescenta-se a esse cenário da Viena oitocentista o fato de que a clínica freudiana inevitavelmente guardou um recorte específico sobre os marcadores de raça e classe se considerarmos o perfil das e dos pacientes atendidos pelo psicanalista à época.

Deste modo, é preciso assinalarmos aqui que não há notícias sobre Freud haver recebido em seu consultório pacientes mulheres que não fossem brancas e

pertencentes à burguesia vienense. Ou seja, ao discorrer sobre as ideias de mulher, feminino e feminilidade, a partir de qual lugar histórico, geográfico, político e social Freud fala? Também, a partir de qual lugar histórico, geográfico, político e social lhe falavam suas e seus pacientes? Estas são perguntas importantes para uma contextualização que, diferentemente de anular o discurso freudiano, o situe em seus limites e potências, evitando universalismos e/ou suposições de neutralidade discursiva.

Em outras palavras, este artigo estimula um uso crítico da teoria freudiana através das seguintes perguntas: qual, então, o perfil social, racial, de classe, etário e de gênero das e dos pacientes atendidas/os por Freud? A teoria resultante de sua clínica guarda ou não particularidades circunscritas à escuta de pacientes oriundos/as de um contexto social específico, sendo preciso demarcá-lo? Além disso, o pensamento freudiano estaria ou não enviesado por certos dispositivos discursivos inerentes a algo como uma “visão de mundo” (*Weltanschauung*) freudiana?

A perspectiva interseccional, especialmente conforme explicitada por Carla Akotirene no livro “Interseccionalidade” (2019), faz-se importante na crítica aqui desdobrada. Por interseccionalidade, apontamos um viés metodológico que delinea o quanto as desigualdades entre questões tais como gênero, classe, raça etc. atravessam de forma complexa as discursividades. Nas palavras da autora:

De pronto, a interseccionalidade sugere que raça traga subsídios de classe-gênero e esteja em um patamar de igualdade analítica. (...) A interseccionalidade permite às feministas criticidade política a fim de compreenderem a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça e às opressões estruturantes da matriz colonial moderna da qual saem. (AKOTIRENE, 2019, p. 36-37)

Na discussão deste artigo, veremos que o legado freudiano traz, inevitavelmente, as marcas de um pensamento estruturado a partir de uma matriz colonial moderna que, com isso e a partir disso, (re)atualiza um discurso naturalizador e psicologizante de facetas machistas, classistas e racistas das relações de poder. Aqui, defender uma visada interseccional é, portanto, uma ferramenta potente para tensionar pontos que parecem “neutros” no discurso freudiano e que, conseqüentemente, operariam tais naturalizações arbitrarias, sustentando equivocadamente discursos formadores de visões de mundo que estabilizariam uma ilusória “figura universal” dessa personagem “A mulher”.

Questionamos aqui, portanto, a autoridade científica do discurso freudiano naquilo que este veicula em termos de propagação e sustentação de tecnologias de gênero restritivas do devir humano que, pelos excessos normativos, estipula modelos identitários limitados e em conformidade com dinâmicas de poder aniquilantes. Sobre este ponto, vale ressaltar o que Teresa de Lauretis (1994) nomeia de “tecnologias de gênero”:

Lauretis (1994) fala que é preciso separar gênero da **diferença sexual** e passar a conceber o gênero como produto de várias tecnologias (efeito da linguagem, do imaginário, do desenvolvimento complexo de várias tecnologias políticas produzidas nos corpos). Para ela, os gêneros são então produzidos por uma tecnologia, uma maquinaria de produção (que formam discursos que se apoiam nas instituições

do Estado – como a família, a escola etc.), **criando as categorias homem e mulher para todas as pessoas**. O gênero é produto de várias tecnologias sexuais, uma maquinaria de produção que vem de discursos e práticas discursivas das autoridades religiosas, legais ou científicas, da medicina, da mídia, da família, da religião, da pedagogia, da cultura popular, dos sistemas educacionais, da psicologia, da arte, da literatura, da economia, da demografia etc., que se apoiam nas instituições do Estado. (PINAF, 2011, p. 270, grifos nossos)

Logo, é considerado aqui o fato de o discurso freudiano fazer parte dessa maquinaria tecnológica (re)produtiva de categorias e modelos normativos específicos acerca das ideias de gênero, raça e classe.

ASPECTOS DO MODELO NORMATIVO FREUDIANO SOBRE A MULHER, O FEMININO E A FEMINILIDADE

Como sublinhado na última citação, um interessante ponto expensor desta discussão é o quanto tendemos a conviver de maneira naturalizada com o modelo binário da **diferença sexual**, não indagando sobre sua relatividade histórica – fato que permeia, também, a própria (re)produção discursiva freudiana e que resulta em uma ontologia da diferença sexual sustentada em uma perspectiva determinista biologicista-científica (BIRMAN, 2016). Aqui, temos como exemplo que um dos modelos normativos que Freud ecoa em sua obra, utilizando-se de justificativas biológicas, é que caberia à mulher o papel “natural” de tornar-se mãe e esposa – para ele, o desfecho de casar-se e de ter um filho possibilitaria à mulher o acesso à feminilidade, tal como ele a pensava.

Sobre a feminilidade, Freud, no texto “A Organização Genital Infantil” (1923), defendia que, para tornar-se mulher, a menina deveria abandonar a satisfação clitoriana - por ele nomeada de masturbatória, fálica e masculina – realizando uma necessária passagem do prazer clitoriano para o prazer vaginal, pois o clitóris seria como um pequeno pênis. Esse abandono era necessário para dar acesso ao prazer vaginal – esse, sim, considerado pelo autor como verdadeiramente feminino:

(...) pareceu-me que a masturbação está mais afastada da natureza das mulheres que da dos homens e a solução do problema poderia ser auxiliada pela reflexão de que a masturbação, pelo menos do clitóris, é uma atividade masculina, e que a eliminação da sexualidade clitoridiana constitui condição necessária para o desenvolvimento da feminilidade. (FREUD, 1996b, p. 152).

O abandono da “masturbação clitoriana/masculina” se daria quando a menina decide abandonar a competição, após finalmente notar que seu “pequeno pênis¹” (clitóris) estaria fadado a estar sempre em desvantagem em comparação com os meninos. Seria, portanto, em consequência do que Freud nomeia de “inveja do pênis”, que a menina, ao decidir por substituir o desejo por um pênis pelo desejo por um filho, poderia desenvolver sua feminilidade:

Não posso explicar a oposição que por esse modo é levantada pelas meninas à masturbação fálica (clitoriana), exceto supondo existir algum fator concorrente que faça a menina voltar-se violentamente contra essa atividade prazerosa. Esse fator está bem à mão. Não pode ser outra coisa senão seu sentimento narcísico de humilhação ligado

à inveja do pênis, o lembrete de que, afinal de contas, esse é um ponto no qual ela não pode competir com os meninos, e que assim seria melhor para ela abandonar a ideia de fazê-lo. Seu reconhecimento da **distinção anatômica entre os sexos** força-a a afastar-se da masculinidade e da masturbação masculina, para novas linhas que conduzem ao desenvolvimento da feminilidade. (...) Agora, porém, a libido da menina desliza para uma nova posição ao longo da linha - não há outra maneira de exprimi-lo - da equação 'pênis-criança'. **Ela abandona seu desejo de um pênis e coloca em seu lugar o desejo de um filho**; com esse fim em vista, toma o pai como objeto de amor. A mãe se torna o objeto de seu ciúme. A menina transformou-se em uma pequena mulher. (FREUD, 1996b, p. 152, grifos nossos).

É como se “naturalmente”, para tornar-se mulher, a menina precisasse desejar um filho – com isso, a maternidade é pensada como via régia do “ser mulher”. Aqui, o modelo da diferença sexual e da heterossexualidade compulsória reverbera no discurso freudiano, além do imperativo da reprodução da espécie e do necessário abandono do prazer clitoriano. Esse modelo de mulher, reiterado ao longo de toda obra do autor, carrega um potencial restritivo complexo uma vez que provoca delimitações da manifestação da sexualidade humana.

Sobre o conceito de “heterossexualidade compulsória”, é importante situar que este foi cunhado pela poetisa, escritora, professora e feminista estadunidense Adrienne Rich, no texto “Heterossexualidade Compulsória e Existência Lésbica”, originalmente publicado em 1981. A autora propõe o exame da heterossexualidade como instituição normativa que restringe corpos e relações a determinados padrões e modelos. Aventamos, pois, o problema da heterossexualidade sob um ponto de vista institucional e estrutural que, em conformidade com o patriarcado, subjuga o corpo da mulher e define um destino específico para estes corpos: servir e obedecer ao “pai-marido-chefe-senhor” e reproduzir/gerar/cuidar dos futuros “pai-marido-chefe-senhor”. Nas palavras da autora:

A suposição de que “a maioria das mulheres são heterossexuais de modo inato” coloca-se como um obstáculo teórico e político para o feminismo. Permanece como uma suposição defensável, em parte porque a existência lésbica tem sido apagada da história ou catalogada como doença, em parte porque tem sido tratada como algo excepcional, mais do que intrínseco. Mas, isso também se dá, em parte, porque ao reconhecer que **para muitas mulheres a heterossexualidade pode não ser uma “preferência”, mas algo que tem sido imposto, administrado, organizado, propagandeado e mantido por força, o que é um passo imenso a tomar se você se considera livremente heterossexual “de modo inato”**. No entanto, o fracasso de examinar a heterossexualidade como uma instituição é o mesmo que fracassar ao admitir que o sistema econômico conhecido como capitalista ou o sistema de casta do racismo são mantidos por uma variedade de forças, incluindo tanto a violência física como a falsa consciência. Tomar passo a favor do questionamento da heterossexualidade como uma “preferência” ou “escolha” das mulheres – e, assim, fazer o trabalho intelectual e emocional que vem a seguir – irá exigir coragem de uma qualidade especial das feministas que se definem como heterossexuais, mas acho que a recompensa será grande: uma libertação do pensamento, a exploração de novos

caminhos, a dissolução de outro grande silêncio, uma nova luz nas relações interpessoais.” (RICH, 2010, p. 35, grifos nossos)

Ora, se a heterossexualidade é compulsória e a reprodução da espécie é a “Lei”, facilmente a homossexualidade e a transexualidade são interpretadas como margem, desvio e patologia. Foi o que aconteceu: historicamente, mesmo tendo a potência de proteção da(s) diferença(s), o discurso freudiano também endossou, naturalizou e psicologizou práticas e saberes guiados pela ideia da finalidade reprodutiva da sexualidade humana (além de guardar tons cisnormativos na clássica frase evocada por Freud sobre “a anatomia é o destino”), servindo como uma eficiente ferramenta de submissão de lésbicas, homossexuais, transexuais e mulheres cis² (não-mães) à marginalidade, à medicalização e à psiquiatrização.

Com isso, vemos facilmente o discurso freudiano ratificar o que podemos nomear, assim como Ângela Davis (2016) observa, de uma “ideologia da feminilidade” que dissemina essa figura de “mulher ideal” associada à maternidade e ao lar. Obviamente, nessa tendência ideológica, mulheres negras não estariam contempladas nas categorias de “mulher” e de “feminilidade”, uma vez que, no contexto ocidental oitocentista, estavam, em sua maioria, escravizadas, como explica Davis (2016, p. 30):

À medida que a ideologia da feminilidade – um subproduto da industrialização – se popularizou e se disseminou por meio das novas revistas femininas e dos romances, as mulheres brancas passaram a ser vistas como habitantes de uma esfera totalmente separada do mundo do trabalho produtivo. A clivagem entre economia doméstica e economia pública, provocada pelo capitalismo industrial, instituiu a inferioridade das mulheres com mais força do que nunca. Na propaganda vigente, “mulher” se tornou sinônimo de “mãe” e “dona de casa”, termos que carregavam a marca fatal da inferioridade. Mas, entre as mulheres negras escravas, esse vocabulário não se fazia presente. Os arranjos econômicos da escravidão contradiziam os papéis sexuais hierárquicos incorporados na nova ideologia. Em consequência disso, as relações homem-mulher no interior da comunidade escrava não podiam corresponder aos padrões da ideologia dominante.

Nessa esteira, como pudemos evidenciar, além de alçar as relações homem branco-mulher branca à posição de universal, outro ponto questionável na obra freudiana, abertamente exposto a partir do tema da sexualidade feminina, seria algo da ordem de uma “inferioridade intelectual” das mulheres em relação aos homens, conferida a estas pelo fato de não conquistarem facilmente um “superego forte”:

Não posso fugir à noção (embora hesite em lhe dar expressão) de que, para as mulheres, o nível daquilo que é eticamente normal, é diferente do que ele é nos homens. Seu superego nunca é tão inexorável, tão impessoal, tão independente de suas origens emocionais como exigimos que o seja nos homens. Os traços de caráter que críticos de todas as épocas erigiram contra as mulheres - que demonstram menor senso de justiça que os homens, que estão menos aptas a submeter-se às grandes exigências da vida, que são mais amiúde influenciadas em seus julgamentos por sentimentos de afeição ou hostilidade - todos eles seriam amplamente explicados

pela modificação na formação de seu superego que acima inferimos. (FREUD, 1996e, p. 153).

A última citação ajuda a perceber o quanto Freud propaga a ideia de que mulheres tenderiam a ser “excessivamente emotivas e sensíveis” - o que as impossibilitaria da posse de um adequado senso crítico. A concepção de um “superego fraco” decorre da proposta freudiana de que às mulheres, pela ausência do temor da castração, faltaria motivo suficiente para superar o Complexo de Édipo, permanecendo elas aí por tempo indeterminado – destruindo-o tardiamente ou de modo incompleto. Ora, e quanto às mulheres negras, estas seriam pensadas também nessa chave da “fragilidade”? Como aponta Lélia Gonzalez (1979), no texto “A mulher negra na sociedade brasileira”, a ideia de fragilidade não era uma chave interpretativa do corpo da mulher negra brasileira nos anos 70, pelo contrário, à mulher negra brasileira pesava - e continua pesando - uma tripla discriminação: estereótipos racistas, sexistas e classistas. Diante dessa tripla incidência opressiva, certamente não estamos aqui falando em “fragilidade”. Com isso, Gonzalez (1982, p. 103) conclui:

Mas sobretudo a mulher negra anônima, sustentáculo econômico, afetivo e moral de sua família é quem, a nosso ver, desempenha papel mais importante. Exatamente porque, com sua força e corajosa capacidade de luta pela sobrevivência, transmite a nós, suas irmãs mais afortunadas, o ímpeto de não nos recusarmos à luta pelo nosso povo. (...) apesar da pobreza, da solidão quanto a um companheiro, da aparente submissão, é ela a portadora da chave da libertação, justamente porque não tem nada a perder.

Ora, por que somente algumas mulheres são interpretadas como frágeis e outras não? Por quais meandros se sustenta essa ideia de uma fragilidade inerente à constituição subjetiva subentendida a uma descrição universal da mulher, se é fácil perceber que essa concepção é nitidamente parcial?

Freud defende como que uma “debilidade intrínseca” às mulheres, sustentada por bases anatômicas – em especial, pela inferioridade do clitóris em comparação ao pênis. Como aponta Joel Birman (2016), essa leitura freudiana acerca da diferença sexual e das possíveis consequências psíquicas decorrentes da diferença anatômica³ entre os sexos é resultado, também, de uma matriz de pensamento e de paradigmas teóricos específicos – a saber: a neuropatologia do século XIX, a concepção evolutiva darwinista e a versão moderna e cientificista pautada na figura do homem (e de sua anatomia) como modelo ideal.

Tal matriz de pensamento resulta em uma (re)produção da figura da mulher como circunscrita a uma posição de inferioridade hierárquica em comparação ao homem. Posição que, pautada em um discurso científico-biológico com ares de portador d’A verdade, delega à mulher certas funções específicas para sua existência e sentimento de realização no mundo: com um superego enfraquecido e com o destino final da maternidade, o “reino” feminino seria o espaço privado de cuidado do lar e dos filhos, enquanto que ao homem, dada a especialidade de suas aptidões éticas e morais por seu superego potencialmente mais fortalecido, cabe-lhe a governabilidade do espaço público. Com isso, vale perguntar: quais lógicas de saber e poder legitimam-se pela via de tal compreensão acerca dos gêneros? Também, que homem “governador da polis” freudiano é esse? Essa categoria de “governante” estaria também destinada, por exemplo, a homens negros e/ou da classe trabalhadora?

Afinal, qual “mulher” e qual “homem” figuram subentendidos nos discursos psicanalíticos articulados por Freud? O questionamento é crucial, pois nos convoca a pensar se, no âmago da teoria e da própria prática clínica em psicanálise, estaria ou não se dando a (re)produção de ideias e ideais de universalização e essencialização de determinados modelos para a experiência do corpo – como os modelos da heterossexualidade, da monogamia e da branquitude, por exemplo. Esse exercício de autopercepção⁴ é algo necessário para que não façamos um uso inconsciente de lógicas de poder camufladas por uma noção de “neutralidade discursiva” advinda de uma matriz colonial. No que concerne ao aspecto racial, por exemplo, é preciso, portanto, uma análise da branquitude:

A análise da branquitude deve ser entendida como parte do mais amplo debate político e científico sobre o racismo, no qual é necessário reconhecer o papel fundamental desempenhado por ativistas e estudiosos/estudiosas negros/negras ao revelarem a necessidade de estudar a posição e as ações sociais daqueles que se classificam como brancos, para compreender a produção do racismo. Em sua experiência de luta contra o sexismo e o racismo, as feministas negras americanas estiveram entre as primeiras a **reconhecer a branquitude como condição social, cujas características devem ser analisadas** (Hull, Bell Scott e Smith, 1982; Anzaldúa, 1987; Lorde, 2007). Também no Brasil, ao chamarem a atenção para o modo como o racismo determina as experiências de sexismo, **as feministas negras identificaram a branquitude como condição social não transparente, não neutra** (Gonzalez, 1983; Ribeiro, 1995). (COROSSACZ, 2014, p. 45, grifos nossos)

Quando não localizamos teorias e discursos enquanto advindos de estruturas sociais racializadas, generificadas, etc., presumindo-os neutros, universalizamos experiências e “escondemos” os marcadores que as atravessam. Infelizmente, tal é a conjuntura expressa no discurso freudiano, pois, afinal, ainda que o autor não visibilize a que “mulher” ele se refere, no que diz respeito aos marcadores de raça e classe, podemos assumir que mulheres negras e da classe trabalhadora, por exemplo, não tinham em seu destino a dependência de um homem e a função final de ser mãe, assumir os cuidados do lar e servir ao marido aos mesmos moldes que as mulheres brancas burguesas. Como essa conjuntura se aplicaria, afinal, às mulheres negras escravizadas? Às mulheres trabalhadoras? Ainda, às mulheres lésbicas? Essas mulheres não se localizariam na categoria “mulher”?

“A insistência em falar de mulheres como universais, não marcando as diferenças existentes, faz com que somente parte desse ser mulher seja visto.” (RIBEIRO, 2017, p. 41) e sabemos que, nesse caso, é apenas a uma camada do grupo de mulheres brancas da burguesia vienense oitocentista que Freud, paternalisticamente, “deu voz⁵”, incutindo nestas o destino inexorável da maternidade e do cuidado doméstico.

Ângela Davis, no livro “Mulheres, Raça e Classe” (2016), brinda-nos de forma extensa e apurada sobre esse questionamento acerca da necessidade de contextualização de discursos pretensamente universalizantes sobre a mulher. Ao revisitar o cenário escravista estadunidense do início do século XIX, bem como as reivindicações feministas à época, a autora sublinha:

O sistema escravista definia o povo negro como propriedade. Já que as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como

unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero. Nas palavras de um acadêmico, “a mulher escrava era, antes de tudo, uma trabalhadora em tempo integral para seu proprietário, e apenas ocasionalmente esposa, mãe e dona de casa”. A julgar pela crescente ideologia da feminilidade do século XIX, que enfatizava o papel das mulheres como mães protetoras, parceiras e donas de casa amáveis para seus maridos, as mulheres negras eram praticamente anomalias. (DAVIS, 2016, p. 24)

À mulher negra, é sabido, sua força de trabalho estava relegada aos campos, às fábricas e às casas das famílias brancas. Além disso, a prole das mulheres negras eram números e suas maternidades lhes eram roubadas, deslocando dimensões de cuidado para os filhos das famílias brancas. Como assinala contundentemente Davis (2016, p. 26):

(...) uma vez que as mulheres negras, enquanto trabalhadoras, não podiam ser tratadas como o “sexo frágil” ou “donas de casa”, os homens negros não podiam aspirar à função de “chefes de família”, muito menos à de “provedores da família”. Afinal, homens, mulheres e crianças eram igualmente “provedores” para a classe proprietária de mão de obra escrava.

Com isso, perguntamos: podemos, hoje, acessar o discurso freudiano indiscriminadamente, aplicando e promovendo seu modelo de subjetivação dessa figura d`A mulher no contexto dos atendimentos clínicos?

Ao que os pontos elencados indicam, um problema clínico, ético e político decorrido das proposições freudianas acerca da mulher, do feminino e da feminilidade é que tais proposições facilmente (re)produzem discursos e práticas que ferem o potencial criativo humano, no sentido de direcionar, fortalecer e restringir a existência humana a um único modelo de subjetivação sustentado por uma ontologia da sexualidade fundamentalmente heterossexual, branca, masculinista e cisnormativa.

A PARCIALIDADE FREUDIANA E SUA RELAÇÃO COM O FALOCENTRISMO

Como sabemos, alguns discursos se legitimam e se disseminam mais profundamente do que outros – chegando a ganhar um “status” de inequívocos, verdadeiros e, como aqui abordado, universais. Nesse sentido, a parcialidade freudiana diz mais da psicologia da branquitude, do patriarcado, do falocentrismo, da heterossexualidade e da cisgeneridade do que de universalismos sobre a psicologia humana. Com esta análise do discurso freudiano, vemos uma estratégia universalizante que naturaliza a lógica fálica e patriarcal sustentando e normatizando, assim, a dimensão compulsória da heterossexualidade; defendendo a finalidade reprodutiva que objetifica o corpo da mulher e; revelando uma perspectiva machista que psicologiza a noção de “inferioridade” da mulher frente ao homem, justificando essa “inferioridade” com a ideia de um “superego mais fraco”. Além disso, a categoria raça nem mesmo é articulada no discurso freudiano, subentendendo com este uma “neutralidade branca”, a partir da qual a mulher freudiana - branca e burguesa - assume ares universalizantes sobre o que é e qual o destino “natural” e “saúdável” para a figura d`A mulher.

Além disso, encontramos no modelo de homem proposto por Freud a base que o auxilia a definir seu modelo de mulher. Em sua proposta de organização da heterossexualidade, enquanto o menino mantém o objeto de amor original – a mãe –, a menina teria que realizar um trabalho de “troca” de objeto, direcionando seu amor ao pai. Nesta perspectiva, a passagem da “fase masculina” da menina, para a “fase feminina”, dar-se-ia quando esta percebe que a mãe não lhe presenteara com um pênis, sendo a própria mãe castrada. Por sua “inferioridade” e por sentimentos hostis direcionados à mãe em decorrência de sua falta, a menina teria liberado o caminho de conexão amorosa dirigida ao pai.

Posteriormente, Jacques Lacan (1956; 1962)⁶ propôs mais atentamente atribuímos às referências freudianas (feitas às figuras de mãe e de pai, de homem e de mulher, de possuidor de pênis e de castrado) um teor simbólico que operaria a concepção de *função* materna e paterna e de *posição* masculina e feminina – independentemente da pessoa que operaria tal função e/ou se constituiria a partir de tal posição. Mesmo que realizemos tal torção e tentemos ler Freud com os olhos de Lacan, problemas decorrentes da concepção de diferença sexual e da teorização do funcionamento psíquico humano a partir de ideias acerca da masculinidade e da feminilidade continuam operando uma mesma binaridade hierárquica. Aqui, vemos o quanto se faz necessário para a teoria psicanalítica um delicado trabalho de investigação e revisão sobre as consequências éticas de proposições teóricas excessivamente pautadas em binarismos e em juízos valorativos que cristalizam hierarquias.

Com relação a tal tendência, quando Freud diz que essa passagem da “fase masculina” para a “fase feminina” deve necessariamente ser feita pela menina para esta tornar-se mulher, acrescentando a isso que tal é a condição para a qual a menina “está biologicamente destinada” (Freud, 1931), complexos detalhes de uma matriz imaginária de Freud acerca das ideias de masculino e feminino se revelam: a mulher está destinada a uma *via crucis* que passa da percepção de sua inferioridade, para o abandono de seu objeto de amor original, para o destino final de ser mãe.

Resumindo, a mulher branca heterossexual freudiana está fadada a um destino de sofrimento, renúncia e subalternidade: com seu pênis atrofiado, já nasce inferior aos homens; deve abandonar o possível prazer clitoriano (possível, pois, diferente do que alude Freud, nada garante que tal prazer é necessariamente encontrado); deve abandonar o possível objeto de amor original (uma vez que também não há garantias de ligação amorosa com a mãe) e, ainda, deve concluir essa *via crucis* do tornar-se mulher gerando um filho e cumprindo o destino de ser mãe, sendo o filho um “pênis substituto”, um “prêmio de consolação” por não ter nascido com um pênis. Em outros termos, “(...) uma criança do sexo feminino, naturalmente, não tem necessidade de reear a perda do pênis; ela reage, todavia, ao fato de não ter recebido um. Desde o início, inveja nos meninos a posse dele; pode-se dizer que todo o seu desenvolvimento se realiza à sombra da inveja do pênis”. (Freud, 1996g, p. 125).

Aqui, vemos que um dos pontos complexos do discurso freudiano é uma suposição interpretativa de que a menina reagiria invejosamente à percepção de não haver nascido com um pênis. Freud segue essa mesma linha argumentativa alegando que a menina adota sua trajetória rumo à feminilidade da seguinte forma:

Ela começa por efetuar vãs tentativas de fazer o mesmo que os meninos e, mais tarde, com maior sucesso, faz esforços por compensar a sua falta - esforços que podem conduzir, afinal, a **uma atitude feminina normal**. Se, durante a fase fálica, tenta obter prazer como um menino, pela estimulação manual de seus órgãos genitais, com frequência acontece fracassar em obter satisfação suficiente e estende os julgamentos de inferioridade de **seu pênis atrofiado** a todo o seu eu (*self*). (FREUD, 1996g, p. 125, grifos nossos)

Sempre em comparação aos meninos, a menina então precisa notar uma “falta” anatômica que lhe seria inerente - isso tudo embasado em seu “pênis atrofiado”. A narrativa freudiana comporta uma tendenciosidade complexa ao ler no corpo das meninas esse pênis atrofiado sempre sendo comparado ao corpo dos meninos.

Freud (1996g, p. 125) continua:

Via de regra, cedo [a menina] desiste da masturbação, visto não ter desejos de ser lembrada da superioridade de seu irmão ou companheiro de brincadeiras, e volta as costas completamente à sexualidade. Se uma menina persiste em seu primeiro desejo - transformar-se em menino - em casos extremos, acabará homossexual manifesta, ou, doutra maneira, apresentará traços marcadamente masculinos no encaminhamento de sua vida futura, escolherá uma vocação masculina, e assim por diante.

Eis o percurso proposto por Freud para que uma menina (ou um bebê nascido com vagina) torne-se mulher (mulher heterossexual, uma vez que, ao que o trecho citado indica, uma mulher lésbica não atingiria a “feminilidade normal”, talvez nem podendo, nesta perspectiva, ser nomeada “mulher”) e cumpra o destino inato que lhe foi dado por sua anatomia.

O autor lê a mulher e o feminino com julgamentos valorativos, por assim dizer. Pensar o clitóris como um “pênis atrofiado” explicita sobremaneira tal interpretação valorativa. Nesse sentido, está no texto “Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos” (1925), três destinos específicos e inelutáveis propostos por Freud para as crianças nascidas com vagina e quando da constatação da sua “inferioridade anatômica” (então nomeada “castração”): a inibição sexual, a virilização e a maternidade. Tais destinos, novamente, indicam que está na maternidade a realização da menina como verdadeiramente uma “mulher”.

Um ponto curioso, vale frisar, é que a condição feminina, na sua realização ideal e final freudiana – a maternidade -, é alcançada quando da substituição da ideia de “ter um pênis”, para a ideia e realização de “ter um filho” – ambos objetos fálicos na perspectiva freudiana. Ou seja, em certo sentido, nessa leitura, uma mulher, para ser mulher, não escaparia de ser um homem, no sentido de portar um pênis/falo – mesmo que, no percurso, ela precise realizar um trabalho de renúncia (do pênis anatômico), ela o faz com o objetivo de encontrar um pênis substituto (o filho) e, assim, torna-se uma “verdadeira mulher”.

Subentende-se, vale dizer uma vez mais, que tal teorização evoca um ideal humano declaradamente masculinista e patriarcal, além de branco e burguês, uma vez que, como dito anteriormente, às mulheres negras, a imposição de um destino de subalternidade se deu, historicamente, também frente às mulheres

brancas/senhoras/patroas e, ainda, seus filhos e suas filhas negros/as não significariam para ela um substituto fálico do pênis-branco que ela não possui. Como Davis (2016) bem nos lembra, a exemplo do contexto oitocentista estadunidense, os filhos e filhas das mulheres negras escravizadas certamente não tinham essa possibilidade de ocupar um lugar subjetivo de “falo” da mãe:

Uma vez que as escravas eram classificadas como “reprodutoras”, e não como “mães”, suas crianças poderiam ser vendidas e enviadas para longe, como bezerros separados das vacas. Um ano após a interrupção do tráfico de populações africanas, um tribunal da Carolina do Sul decidiu que as escravas não tinham nenhum direito legal sobre suas filhas e filhos. Assim, de acordo com essa medida, as crianças poderiam ser vendidas e separadas das mães em qualquer idade, porque “crianças escravas [...] estão no mesmo nível de outros animais”. (DAVIS, 2016, p. 26)

Em suma, além do Édipo do menino permitir a tradução do Édipo da menina, Freud defende que o menino tende a ir além da menina, sendo-lhe mais acessível a saída do Édipo. Enquanto, para a menina, o trajeto tende a se interromper na entrada do Édipo, ao menino sua superação lhe seria, especialmente por razões anatômicas (por possuir um pênis), mais garantida. A seguinte citação condensa essa perspectiva:

[No menino] sob a impressão do perigo de perder o pênis, o complexo de Édipo é abandonado, reprimido e, na maioria dos casos, inteiramente destruído, e um severo superego instala-se como seu herdeiro. O que acontece à menina é quase o oposto. O complexo de castração prepara para o complexo de Édipo, em vez de destruí-lo; a menina é forçada a abandonar a ligação com sua mãe através da influência de sua inveja do pênis, e entra na situação edipiana como se esta fora um refúgio. Na ausência do temor de castração, falta o motivo principal que leva o menino a superar o complexo de Édipo. As meninas permanecem nele por um tempo indeterminado; destroem-no tardiamente e, ainda assim, de modo incompleto. Nessas circunstâncias, a formação do superego deve sofrer um prejuízo; não consegue atingir a intensidade e a independência, as quais lhe conferem sua importância cultural. (FREUD, 1996g, p. 88)

É como se, constitucional e inequivocamente, a mulher fosse desprovida de uma eficiente possibilidade futura que sustentasse o desempenho de ações afirmativas que a tornasse suficientemente independente e que lhe garantisse a posse de um “superego forte” a ponto de dar conta dos determinantes culturais e “civilizatórios” – a mulher beira, nessa perspectiva, a “selvageria”, a imoralidade e a incompetência.

Em acréscimo, vale nos questionarmos até que ponto o discurso freudiano deflagra que é a mulher branca burguesa quem beiraria a selvageria, nem havendo um questionamento sobre a mulher negra já ser, de antemão, associada ao campo do selvagem, incivilizado e subalternizado. Em “Memórias da Plantação”, a artista, escritora e psicanalista Grada Kilomba (2019) discorre pormenorizadamente sobre essa associação do corpo negro com a ideia de selvagem, primitivo, inferior e animalesco, apontando algumas consequências psíquicas sobre a dissociação inconsciente que não admite e não se responsabiliza por discursos que, por se

presumirem “neutros”, produzem racismo. Nesse paralelo específico entre mulheres brancas e negras, na dimensão da maternidade, a autora acrescenta:

Essa imagem da mulher negra como “mãe negra” vem servindo como controle de “raça”, gênero e sexualidade. É uma imagem controladora que confina mulheres negras à função de serventes maternas, justificando sua subordinação e exploração econômica. A “mãe negra” representa a relação ideal de mulheres negras com a branquitude: como amorosa, carinhosa, confiável, obediente e serva dedicada, que é amada pela família branca. (KILOMBA, 2019, p. 142).

Portanto, podemos compreender que uma proposta teórica sobre processos de subjetivação que sustentam essa figura identitária da mulher, do feminino e da feminilidade, ao não pautar raça, não aventa uma dupla subordinação de mulheres negras (aos homens e às mulheres brancas) inerente às dinâmicas de poder que permeariam suas proposições. Havendo, aliás, outra dupla subordinação da mulher negra: ao aproximá-la do animalesco, a inferioriza em termos de “aptidão civilizatória” e; ao exigir docilidade, cordialidade e subserviência, a subjeta em termos de um “adequado adestramento”.

O emaranhado teórico advindo da tentativa de um viés metodológico interseccional nos leva a sublinhar outro ponto acerca dessas relações de poder: essa dimensão hierárquica entre homens e mulheres, conforme evocada nas reflexões freudianas, não poderia ser simplesmente decalcada e transposta para a compreensão das relações entre mulheres e homens negras/os, especialmente tendo em vista lugares e momentos históricos específicos. Como nos lembra Davis (2016, p. 39):

Vale repetir: as mulheres negras eram iguais a seus companheiros na opressão que sofriam; eram socialmente iguais a eles no interior da comunidade escrava; e resistiam à escravidão com o mesmo ardor que eles. Essa era uma das grandes ironias do sistema escravagista: por meio da submissão das mulheres à exploração mais cruel possível, exploração esta que não fazia distinção de sexo, criavam-se as bases sobre as quais as mulheres negras não apenas afirmavam sua condição de igualdade em suas relações sociais, como também expressavam essa igualdade em atos de resistência. Essa deve ter sido uma terrível descoberta para os proprietários de escravos, pois aparentemente eles tentavam quebrar essa cadeia de igualdade por meio da repressão particularmente brutal que reservavam às mulheres. Mais uma vez, é importante lembrar que os castigos infligidos a elas ultrapassavam em intensidade aqueles impostos aos homens, uma vez que não eram apenas açoitadas e mutiladas, mas também estupradas.

Por fim, nesse exercício de análise do discurso freudiano sobre a mulher, o feminino e a feminilidade, dando a ver o problema que é não acessarmos as lentes da interseccionalidade, vale resgatar o estabelecimento de uma linha associativa que Freud faz entre passividade-submissão-fraqueza moral e masoquismo. Em seu texto “O Problema Econômico do Masoquismo” (1924), são propostos três tipos diferentes de masoquismo: o masoquismo erógeno, o masoquismo feminino e o masoquismo moral. Sobre o masoquismo feminino, Freud afirma que tanto homens quanto mulheres podem apresentar fantasias masoquistas que visam à satisfação sexual por vias tais quais: ser amarrada/o, amordaçada/o, surrada/o de

forma dolorosa, açoitada/o, maltratada/o, obrigada/o à obediência incontestada, sujada/o e humilhada/o. Todas estas modalidades de fantasia remeteriam, para Freud (1996c, p. 108), à mulher, uma vez que, após um exame mais profundo sobre tais fantasias, “[...] contata-se de maneira nítida que a pessoa foi colocada em uma situação típica da condição feminina, ou seja, de ser castrado, ser objeto de coito ou dar à luz”.

Com suas proposições acerca do masoquismo feminino, uma série de polaridades conectadas à polaridade “masculino-feminino” se estabiliza na obra freudiana, entre elas, em especial, a polaridade “ativo-passivo” que, então, fica estreitamente atrelada à polaridade “sadismo-masoquismo”. Tais correlações se entrelaçam a tal ponto que Freud chega a afirmar que:

Existe uma relação particularmente constante entre feminilidade e vida instintual, que não devemos desprezar. A supressão da agressividade das mulheres, **que lhes é instituída constitucionalmente** e lhes é imposta socialmente, favorece o desenvolvimento de poderosos impulsos masoquistas que conseguem, conforme sabemos, ligar eroticamente as tendências destrutivas que foram desviadas para dentro. **Assim, o masoquismo, como dizem as pessoas, é verdadeiramente feminino.** Mas, como acontece tantas vezes, se os senhores encontram masoquismo em homens, que lhes resta senão dizer que tais homens mostram traços femininos muito evidentes? (FREUD, 1996g, p.78, grifos nossos)

Freud propõe submissão, obediência, recato e docilidade à ideia de uma verdadeira feminilidade e, com isso, expõe uma das faces mais nocivas de seu discurso: a reiteração de lógicas sexistas. Ao que estes apontamentos indicam, Freud não acessou um saber sobre a mulher, o feminino e a feminilidade, mas impôs uma normatização dos corpos aventando um universalismo sobre essa figura d'A mulher. Freud, aliás, com suas proposições sobre uma “fragilidade feminina”, esteve longe de acessar um saber sobre mulheres negras:

(...) as experiências acumuladas por todas essas mulheres que labutaram sob o chicote de seus senhores, trabalharam para sua família, protegendo-a, lutaram contra a escravidão e foram espancadas, estupradas, mas nunca subjugadas. Foram essas mulheres que transmitiram para suas descendentes do sexo feminino, nominalmente livres, um legado de trabalho duro, perseverança e autossuficiência, um legado de tenacidade, resistência e insistência na igualdade sexual – em resumo, **um legado que explicita os parâmetros para uma nova condição da mulher.** (DAVIS, 2016, p. 44, grifos nossos)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que, dada a importância dos postulados freudianos para a prática clínica e para a formação em psicanálise, bem como para inúmeros discursos e teorias que resultam em tecnologias de gênero, não é possível evitar o confronto com aquilo que Freud propôs acerca das questões de gênero e sexualidade. É preciso encarar, sem pudor ou medo de “desautorizar” o pai da psicanálise, aqueles pontos que não correspondem à uma visada interseccional e, o que deflagra a urgência desta discussão, à própria ética da prática clínica – pontos que,

por serem atravessados e constituídos pelo pensamento de uma época, não devem ser tomados como universais, atemporais e/ou erigidos em uma suposta “exterioridade da cultura”. Caso não seja possível, dentro do próprio movimento psicanalítico, a revisão de tais pontos, a psicanálise facilmente está fadada à obsolescência por problemas que a afetam desde dentro – problemas classistas, racistas, machistas etc.

Com isso, vale ressaltar que, justamente por considerar que a obra freudiana é datada, produto de um tempo histórico e de um contexto sociocultural específicos, não podemos exigir de Freud mais do que ele conseguiu oferecer. No entanto, quando se evidenciam os pontos eticamente problemáticos de sua produção, nessa especificidade temática sobre gênero e sexualidade, atingimos certos pilares psicanalíticos, em especial o Complexo de Édipo, a lógica fálica e as asserções baseadas na concepção freudiana acerca da diferença sexual. Fato que abre a pergunta: a psicanálise sobrevive à relativização de tais pontos, não os pautando como universais? Ou, ainda, é possível uma psicanálise que resguarde a visada interseccional?

Uma psicanálise crítica e autocrítica.

Em termos da ética, parece que está na busca pelo potencial produtor de diferença o que pode fazer da obra freudiana uma máquina fundadora e operadora de discursividades, uma máquina que, invés de fechar interpretações, abre espaço para experimentações e criações. Contudo, para tal, é preciso sublinhar as advertências aqui pontuadas, objetivando evitar que psicanalistas tornem-se meros guardiões e guardiãs de uma moral sexual “civilizada” que controla, regula e vigia existências que fogem à heterossexualidade, à cisgeneridade, à branquitude – tendência que se direciona na contramão de uma abertura ao devir e da emergência de processos criativos. Deste modo, assim como observam Félix Guattari e Suely Rolnik (1996), é preciso pensar a constituição subjetiva através da perspectiva de “modos de subjetivação” que deflagrariam, em maior ou menor grau, uma abertura à singularização, mesmo às subjetividades moldadas e cristalizadas nas fôrmas da colonialidade e do patriarcado:

A subjetividade está em circulação nos conjuntos sociais de diferentes tamanhos: ela é essencialmente social, e assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares. O modo pelo qual os indivíduos vivem essa subjetividade oscila entre dois extremos: uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como a recebe, ou uma relação de expressão e de criação, na qual o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade, produzindo um processo que eu chamaria de singularização. (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 33)

Por fim, que se frise a advertência às e aos psicanalistas e às e aos pesquisadoras/es que acessam o discurso psicanalítico: são grandes os perigos, advindos do discurso psicanalítico, de excessos de rigidez e dogmatismo (re)produtores de ficções padronizadas e de tecnologias de gênero heterocisnormativas e de matriz colonial. Sendo necessário o escudo protetivo da visada interseccional para que a pesquisa psicanalítica e a prática clínica sustentem a abertura à infinidade ficcional e às singularidades e particularidades que fazem do humano um ser em devir.

Um devir não é uma correspondência de relações. Mas tampouco ele é uma semelhança, uma imitação e, em última instância, uma identificação. (...). O devir não é uma evolução, ao menos uma evolução por dependência e filiação. O devir nada produz por filiação; toda filiação seria imaginária. O devir é sempre de uma ordem outra que a da filiação. Ele é da ordem da aliança. (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 18-19)

Talvez, para não cairmos nas armadilhas de perspectivas universalizantes, precisemos nos desfiliar de Freud para, então - não submissas/os a ele, mas com ele - produzir alianças, potencializando o que, em seu discurso, significa abertura, expansão e criação.

From the atrophied penis to the mother-woman: a critical reflection on the Freudian woman and the possibility of an intersectional psychoanalysis

ABSTRACT

This paper investigates the woman model within the Freudian work. Especially in the texts in which Freud conceptualizes the Oedipus Complex, it's possible to deduce an "ideal woman model" as well as the then named "normal femininity". The observations and propositions resulting from such investigation were thought from the following items: 1) the fictionality of the Oedipus Complex; 2) the hierarchically inferior position delegated to femininity and to the figure of the woman in contrast to the figures of masculinity and man, and; 3) some clinical consequences and ethical problems arising from the absence of a critical exercise and contextualization of the emergency conditions of the Freudian work. This research is a synthesis of the Freudian view on the figure of the woman. Our goal was highlighting the need for an intersectional perspective that brings a cautious, contextual and critical use of Freud's work as a discourse that supports gender technologies.

KEYWORDS: Oedipus Complex. Femininity. Intersectionality. Psychoanalysis. Gender Technologies.

Del pene atrofiado a la mujer-madre: una reflexión crítica sobre la mujer freudiana y la posibilidad de una psicoanálisis interseccional

RESUMEN

Este artículo investiga el modelo de mujer subentendido en la obra freudiana. Especialmente en los textos en que Freud conceptualiza el Complejo de Edipo, es posible deducir un "modelo ideal de mujer" y de expresión de la entonces nombrada "feminidad normal". Las observaciones y proposiciones resultantes de esta investigación se han pensado a partir de los siguientes elementos: 1) el carácter ficcional del Complejo de Edipo; 2) la posición jerárquicamente inferior delegada a la feminidad ya la mujer en contraste a las figuras de la masculinidad y del hombre, y; 3) posibles consecuencias clínicas y problemas éticos derivados de la ausencia de un ejercicio crítico y de contextualización de las condiciones de emergencia de la obra freudiana. La investigación tuvo como resultado final una síntesis de la visión freudiana sobre la figura de la mujer. Nuestro objetivo fue resaltar la necesidad de una perspectiva interseccional que mantiene un uso cauteloso, contextual y crítico del trabajo de Freud, trabajo considerado como un discurso de apoyo a las tecnologías de género.

PALABRAS CLAVE: Complejo de Edipo. Feminidad. Interseccionalidad. Psicoanálisis. Tecnologías de Género.

NOTAS

¹ Termo utilizado por Freud nos textos referenciados.

² No campo dos estudos de gênero, o termo “cis” se refere ao conceito de cisgneridade que, em linhas gerais, designa a pessoas cuja identidade de gênero corresponde à atribuída no nascimento, supondo uma correspondência e coerência “natural” entre o que se entende por “sexo biológico” e identidade de gênero. Como afirmam Bezerra; Silva e Souza (2019): “(...) é importante situar que o seu uso [do termo “cis”] é empregado de maneira estratégica para enfatizar a perspectiva binarista vigente e, dessa forma: 1) expor que o gênero não é da ordem do natural; 2) que é um constructo a partir das convenções morais e sociais; e 3) que não está condicionado à existência de uma determinada genitália/órgãos reprodutivos, tal como discute Judith Butler (2003). (...) o termo cisgênero emerge para designar a experiência das pessoas que possuem uma identificação com o gênero atrelado e assignado ao nascer.” (Bezerra; Silva; Souza, 2019, p.3)

³ Sobre a historicidade da concepção moderna da “diferença sexual”, uma importante obra que possibilita a compreensão da naturalização de tal ideia é a seguinte: LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Trad. Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

⁴ Aqui, vale destacar, esse exercício de autopercepção e responsabilização sobre a localização de nossos discursos em dado espaço-tempo se relaciona diretamente com aquilo que Djamila Ribeiro (2017) conceitua sobre o termo “lugar de fala”, posto que “pensar lugar de fala é uma postura ética, pois “saber o lugar de onde falamos é fundamental para pensarmos as hierarquias, as questões de desigualdade, pobreza, racismo e sexismo”.” (2017, p. 84).

⁵ A frase “Freud deu voz às mulheres” é extensamente pronunciada no meio psicanalítico pra referir que Freud teria um “espírito feminista” uma vez que foi pioneiro no tratamento da histeria.

⁶ A/o leitora encontra esta conceituação lacaniana especialmente em: LACAN, Jacques. *O Seminário 4 - O complexo de Édipo, “A relação de objeto (1956-1957)”*, ed. Zahar, 1995 e LACAN, Jacques. *O Seminário 10 – A Mulher, mais verdadeira e mais real, “A angústia (1962-63)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade. Coleção Feminismos Plurais*. Coordenação: Djamila Ribeiro. São Paulo: Pólen, 2019.

BIRMAN, Joel. *Gramáticas do Erotismo: a feminilidade e as suas formas de subjetivação em psicanálise*. 2ª. edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

COROSSACZ, Valeria Ribeiro. *Relatos de branquitude entre um grupo de homens brancos do Rio de Janeiro. Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 105, p.

43-64, dez. 2014. Disponível em
<http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-74352014000300003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 12
out. 2020. <http://dx.doi.org/10.4000/rccs.5790>.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, Raça e Classe**. Boitempo: São Paulo, 2016.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia** (Volume 4), Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

FREUD, Sigmund. **Observações Sobre um Caso de Neurose Obsessiva [“O Homem dos Ratos”]** (1909), *uma recordação de infância de Leonardo da Vinci e outros Textos*. Rio de Janeiro: Cia das Letras, Vol. IX, 2013.

FREUD, Sigmund. O Eu e o Id. In: **Obras Psicológicas de Sigmund Freud** (1923). Vol. XIX Editora: IMAGO, São Paulo-SP, 1996a.

FREUD, Sigmund. **A Organização Genital Infantil** (1923). In: Obras Psicológicas de Sigmund Freud. Vol.XIX, Editora: IMAGO, São Paulo-SP, 1996b.

FREUD, Sigmund. **O Problema Econômico do Masoquismo** (1924). In: Obras Psicológicas de Sigmund Freud. Vol. XIX, Editora: IMAGO, São Paulo, 1996c.

FREUD, Sigmund. **Dissolução do Complexo de Édipo** (1924). In: Obras Psicológicas de Sigmund Freud. Vol. XIX São Paulo: Imago, 1996d.

FREUD, Sigmund. **Algumas Consequências Psíquicas da Distinção Anatômica entre os Sexos** (1925). In: Obras Psicológicas de Sigmund Freud. Vol. XIX São Paulo: Imago, 1996e.

FREUD, Sigmund. **Sexualidade Feminina** (1931). In: Obras Psicológicas de Sigmund Freud. Vol. XXI São Paulo: Imago, 1996f.

FREUD, Sigmund. **Conferência XXXIII – Sobre a Feminilidade** (1933). In: Obras Psicológicas de Sigmund Freud. Vol. XXII São Paulo: Imago, 1996g.

FREUD, Sigmund. Análise Terminável e Interminável (1937). In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**, Vol. XXIII. Editora; IMAGO, Rio de Janeiro, 1996h.

GONZALEZ, Lélia. **A Mulher Negra na Sociedade Brasileira** (1979). In: LUZ, Madel T. (org.). **O lugar da mulher, estudos sobre a condição feminina na sociedade atual**. Edições GRAAL: Rio de Janeiro, 1982.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1996.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cogobó, 2019.

MAHONY, Patrick. **Freud e o Homem dos Ratos** (1991). São Paulo: Escuta, 1991.

MEZAN, Renato. **As primeiras sessões**. In: MEZAN, Renato. *Escrever a Clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

PINAFI, Tânia. et al. Tecnologias de gênero e as lógicas de aprisionamento. **Bagoas**, Rio Grande do Norte, v.5, n.6, jan./jun. 2011. Disponível em: https://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v05n06art11_pinafiatal.pdf Acesso em 3 fev. 2016.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? **Coleção Feminismos Plurais**. Letramento: Belo Horizonte, 2017.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 05, 27 nov. 2012.

SILVA, Felipe Cazeiro da; SOUZA, Emilly Mel Fernandes de; BEZERRA, Marlos Alves. (Trans)tornando a norma cisgênera e seus derivados. **Revista Estudos Feministas.**, Florianópolis, v. 27, n. 2, e54397, 2019. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2019000200210&lng=en&nrm=iso>. access on 30 Aug. 2020. Epub Aug 12, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n254397>.

WINOGRAD, Monah; KLAUTAU, Perla. Viena, Áustria: notas sobre o contexto de emergência da psicanálise. **Tempo psicanalítico**, 46(2), 197-213., de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382014000200002&lng=pt&tlng=pt. Recuperado em 29 de julho de 2018

Recebido: 28/04/2020.

Aprovado: 02/11/2020.

DOI: 10.3895/cgt.v14n44.12115.

Como citar: DURSKI, Ligia Maria. Do pênis atrofiado à mulher-mãe: reflexões sobre o feminino e a feminilidade na obra freudiana. **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v. 14, n. 44, p. 177-196, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Ligia Maria Durski

Rua Nilo Peçanha, 110 - apto. 05 - São Francisco, Curitiba, Paraná, Brasil.

Direito autorial: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

